DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

MAZARS

Conteúdo

Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações financeiras 3
Balanço patrimonial 5
Demonstração do superávit 6
Demonstração das mutações do patrimônio social 7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
1 Contexto operacional 9
2 Apresentação das demonstrações financeiras e descrição das principais práticas contábeis 10
2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação 10
2.2 Caixa e equivalentes de caixa 10
2.3 Ativos financeiros 10
2.4 Imobilizado 11
2.5 Contas a pagar 11
2.6 Tributos incidentes sobre as operações 11
2.7 Demais ativos e passivos circulantes 11
2.8 Patrimônio social 12
2.9 Apuração do superávit 12
3 Caixa e equivalentes de caixa 12
4 Outras contas a receber 12
5 Imobilizado 12
6 Obrigações fiscais a recolher 13
7 Obrigações sociais 13
8 Doações e doações antecipadas 14
9 Patrimônio social 14
10 Despesas administrativas e gerais 14
11 Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades 18
12 Resultado financeiro 19
13 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais 19
14 Demandas judiciais 19
15 Outras informações 19

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Fundadores e Administradores da
Associação Direitos Humanos em Rede
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Direitos Humanos em Rede, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras do exercício de 2015

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade foram auditadas por outro auditor independente, que emitiram o relatório de auditoria sem modificação, datado de 05 de abril de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Mauro Akio Sakano
Contador CRC 1SP 143589/O-9

Associação Direitos Humanos em Rede

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	6.417.995	7.064.896
Outros contas a receber (Nota 4)	50.832	294.196
	6.468.827	**7.359.092**
Não circulante		
Depósitos judiciais	37.099	-
Imobilizado (Nota 5)	206.992	189.024
Total do ativo	**6.712.918**	**7.548.116**

Passivo e patrimônio social	2016	2015
Circulante		
Contas a pagar	14.340	-
Obrigações tributárias (Nota 6)	39.582	11.052
Obrigações sociais (Nota 7)	237.114	275.071
Doações antecipadas (Nota 8)	3.489.858	4.819.055
	3.780.894	**5.105.178**
Patrimônio social (Nota 9)		
Patrimônio social	2.932.023	2.442.938
Total do passivo e patrimônio social	**6.712.918**	**7.548.116**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstração do superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2016	2015
Doações nacionais (Nota 8)	269.517	154.576
Doações no exterior (Nota 8)	6.656.540	6.984.769
Receitas com gratuidades (Nota 11)	88.767	299.213
Receitas das atividades	**7.014.824**	**7.438.558**
Despesas administrativas e gerais (Nota 10)	(7.189.974)	(6.704.981)
Despesas tributárias	(91.803)	(230.451)
Recuperação de despesas	15.081	16.008
Outras despesas	(911)	(393)
Despesas das atividades	**(7.267.607)**	**(6.919.817)**
(Déficit) Superávit antes do resultado financeiro	**(252.783)**	**518.741**
Resultado financeiro (Nota 12)	**742.138**	**699.627**
Superávit do exercício	**489.355**	**1.218.368**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Resultado abrangente do exercício	**489.355**	**1.218.368**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstração das mutações do patrimônio social
Em reais

Em 31 de dezembro de 2014	**1.224.570**
Superávit do exercício	1.218.368
Em 31 de dezembro de 2015	**2.442.938**
Superávit do exercício	489.355
Ajuste exercício anterior	(270)
Em 31 de dezembro de 2016	**2.932.023**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	489.355	1.218.368
Depreciações	31.352	32.196
Baixas de ativo imobilizado	13.186	302
Ajuste exercício anterior	270	
Superávit do exercício ajustado	**534.163**	**1.250.866**
(Aumento) diminuição em outras contas a receber	243.362	(252.285)
(Aumento) diminuição em depósitos judiciais	(37.099)	
Aumento (diminuição) em contas a pagar	14.521	(45)
Aumento (diminuição) em obrigações sociais	(38.495)	138.579
Aumento (diminuição) em obrigações tributárias	28.530	11.052
Aumento (diminuição) em doações antecipadas	(1.329.196)	955.018
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(584.395)**	**852.319**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(62.506)	(58.660)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	**(62.506)**	**(58.660)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(646.901)**	**2.044.525**
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício	**6.417.995**	**7.064.896**
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	**7.064.896**	**5.020.371**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(646.901)**	**2.044.525**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas" ou "Entidade") é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo - Brasil. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia.

Desde janeiro de 2006, tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Sua visão é de um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas.

Suas atividades são desenvolvidas por meio de três programas - Cooperação Sul-Sul, Política Externa e Justiça - que interagem entre si e abrangem atividades nacionais e internacionais. Os projetos de cada um desses programas propiciam o fortalecimento de ativistas e acadêmicos em países do hemisfério sul e fomentam a interação entre eles, a partir de redes colaborativas. Também fortalecem a proteção dos direitos humanos, através do monitoramento da política externa de países do Sul Global. No Brasil, Conectas promove ações de advocacia estratégica e de interesse público.

Administrativamente, a Conectas possui um corpo diretivo composto por 1 Diretor Executivo e 1 Diretor Adjunto, a fim de dar suporte a todas as atividades da organização. O setor administrativo e financeiro é responsável pelo Balanço Patrimonial e Demonstração do Superávit do exercício, movimentações bancárias e questões tributárias e de imunidade e incentivos fiscais. Toda a execução orçamentária é feita por este setor em conjunto com os coordenadores das áreas específicas, que executam os programas Cooperação Sul-Sul, Política Externa e Justiça; estas também interagem entre si e abrangem atividades nacionais e internacionais.

Nova diretora executiva

No início de dezembro de 2016, foi concluída a transição na liderança de Conectas Direitos Humanos com o término do mandato de Jessica Morris, que até então ocupava a posição de Diretora Executiva. Essa decisão foi tomada em comum acordo entre Jessica e os membros do Conselho Deliberativo, que manifestam seu profundo agradecimento à dedicação e comprometimento da Jessica com a organização ao longo desse período.

Há um ano e meio, Jessica Morris se somou à equipe da Conectas trazendo relevante experiência internacional em direitos humanos e nesse período liderou, entre outros, o planejamento estratégico, a reestruturação programática e a definição de uma estratégia de comunicação em um processo que envolveu a participação dos membros da equipe e que muito beneficiará a organização nos anos que se seguem.

A convite do Conselho Deliberativo, Juana Kweitel assumiu a diretoria-executiva da Conectas Direitos Humanos. Advogada formada pela Universidade de Buenos Aires, mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Essex University, do Reino Unido, e em ciência política na Universidade de São Paulo, Juana integra a equipe da Conectas desde 2003. Antes, trabalhou como coordenadora institucional do CELS (Centro de Estudos Legais e Sociais), da Argentina, e como coordenadora do Programa de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da mesma organização.

Juana integra ainda o Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos (2014), o Conselho Assessor do Open Global Rights (2013) e o Conselho Deliberativo da Global Witness (2016). É membro da Assembleia de Sócios do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS, Argentina) e do Developments in the Field Panel da revista Business and Human Rights, publicada pela Cambridge University Press.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e descrição das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

De acordo com a Norma ITG 2002, alterada pela ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC no 1.409/12 e Decreto Federal nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e Lei nº 11.638/07 e alterações, onde estão contabilizados, adicionalmente, o valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades (Nota 11).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para passivos e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. A Conectas revisa essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade em 2017.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com liquidez diária, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizadas pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.3 Ativos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado **(a)** e empréstimos e recebíveis **(b)**. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como "Títulos para negociação". Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (déficit/superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador ou, na ausência deste, pelo valor simbólico de R$ 1 (um real), em contrapartida da conta de receita de doações. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme demonstrado na Nota 5.

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (*"impairment"*), o valor contábil do ativo é testado.

Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.5 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.6 Tributos incidentes sobre as operações

A Associação Direitos Humanos em Rede é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 13). Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para a Associação Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras (d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.8 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.9 Apuração do superávit

As receitas com doações e contribuições são reconhecidas contabilmente quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.
Ao final do exercício, os recursos não utilizados e que estão comprometidos com projetos são classificados no passivo como "Doações antecipadas".

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Contas-correntes	8.231	392
Aplicações Financeiras (*)	6.409.764	7.064.504
	6.417.995	**7.064.896**

(*) Representados por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas pós-fixadas em torno de 94,26% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e por operações compromissadas, com liquidez diária e utilizados pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

4 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016, referem-se, principalmente, a adiantamento de aluguel e adiantamento a empregados.

5 Imobilizado

			2016	2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação - %
Bem Móves					
Móveis e utensílios	140.956	(47.675)	93.281	107.370	10
Equipamento de Informática	189.834	(83.066)	106.768	77.035	20
Equipamentos de telecomunicações	11.707	(5.000)	6.707	3.713	10
Equipamentos eletrônicos	590	(353)	236	550	20
Bens intangível					
Softwares	7.240	(7.240)	-	356	20
	350.327	**(143.334)**	**206.992**	**189.024**	

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
No início do exercício	**189.024**	**162.862**
Aquisição de bens	62.506	58.660
Baixa de bens	(13.186)	(398)
Baixa de imobilizado		96
Depreciação	(31.352)	(32.196)
No final do exercício	**206.992**	**189.024**

Os ativos não financeiros foram revisados por empresa especializada - Afixcode - no ano de 2014 para levantamento, numeração (chapeamento) e reavaliação. Foram feitos os ajustes conforme laudo técnico, levando-se em consideração a mudança de endereço da organização em julho de 2013 e adequação de moveis feitos sob medida ao novo espaço. Foram feitas doações às Casas André Luiz de mobiliários não utilizados. As baixas e os ajustes foram efetuados mediante laudo físico fornecido pela AFIXCODE para atualização dos bens conforme normas contábeis estabelecidas pelo CPC 27 - Ativo imobilizado.

6 Obrigações fiscais a recolher

A partir de 1° de julho de 2015, com vigência do Decreto n° 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Define a Lei n° 10.637/02, em seu art. 8°, e a Lei n° 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como a Conectas, se sujeitariam ao regime não cumulativo, e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto n° 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória n° 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

A Conectas optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar inaudita altera parte, tendo como base:

- Inconstitucionalidade da instituição do tributo
- Da imunidade, respaldada no 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo Artigo 3° da Lei n° 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

Não obstante, a Conectas efetuou provisão no valor de R$ 39.581,79, conforme balanço patrimonial - "Obrigações Fiscais a recolher" para o devido recolhimento em juízo enquanto aguarda o resultado da discussão judicial.

7 Obrigações sociais

Referem-se principalmente a encargos relacionados à provisão de férias.

8 Doações e doações antecipadas

A entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos recebidos em 2016 no montante de R$ 10.415.915 (2015 - R$ 12.257.613), R$ 6.926.057 (2015 - R$ 7.438.558) foram aplicados neste exercício e R$ 3.489.858 (2015 - R$ 4.819.055) serão aplicados em 2017 na continuidade dos projetos.

9 Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

Na hipótese de extinção da associação, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei no. 9.790/99.

Na hipótese de a associação perder a qualificação instituída na Lei o. 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

10 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Serviços prestados pessoa jurídica	(682.023)	(321.421)
Serviços prestados pessoa física	(82.395)	(59.143)
Gastos com pessoal	(975.503)	(1.487.005)
Gastos com viagem	(49.470)	(58.549)
Custos com projetos (*)	(4.957.437)	(4.250.780)
Outras despesas	(443.146)	(528.083)
Total	**(7.189.974)**	**(6.704.981)**

(*) representados por:

	2016	2015
Programa de Justiça	(1.353.529)	(961.342)
Programa Política Externa	(1.625.786)	(1.080.781)
Projeto Colóquio (Programa Cooperação Sul-Sul)	(348.633)	(1.106.571)
Projeto Conectores (Programa Cooperação Sul-Sul)	(210.123)	(185.343)
Projeto Revista Sur (Programa Cooperação Sul-Sul)	(840.794)	(512.714)
Projetos Especiais (Empresas e Direitos Humanos)	(578.572)	(404.029)
Total	**(4.957.437)**	**(4.250.780)**

Justiça

Combate à Tortura

Conectas investigou como o judiciário, ministério público e a defensoria pública agem quando denúncias de tortura são feitas durante audiências de custódia. Além disso, a organização teve seu trabalho reconhecido e foi eleita para o Comitê Nacional de Combate e Prevenção à Tortura (CNCPT) em junho de 2016. A posse do representante da Conectas no CNCPT aconteceu em dezembro, depois de um trabalho de incidência de diversas organizações, visto que o governo atrasou a posse dos novos membros por seis meses.

Avança na Assembleia Legislativa de São Paulo o projeto de lei que cria o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, com acompanhamento de perto pela Conectas e parceiros. No ano de 2016 a Conectas se reuniu com deputados, inclusive com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, para que, antes que o PL fosse levado a plenário, fosse feita audiência pública para discutir o PL e fossem apresentadas emendas para garantir a criação dos cargos necessários para a efetividade do Sistema.

Condições de Detenção

A Conectas mantém um trabalho permanente de monitoramento das condições do complexo penitenciário de Pedrinhas e de incidência sobre o governo nacional e estadual para melhorar as condições desde 2014. Em 2016, a Conectas publicou em fevereiro um relatório sobre os dois anos desde o início das visitas regulares e como a situação não melhorou desde então. A Conectas também visitou o complexo em junho e setembro, colhendo informações que foram enviadas ao governo do estado, e também a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em novembro, o governo de São Paulo foi condenado pela 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo a garantir o ensino noturno a cerca de 2 mil presas da Penitenciária Feminina de Santana. Essa sentença foi uma resposta a uma ação civil pública movida pela Conectas em conjunto com outras organizações. A determinação é considerada um marco histórico por entidades de direitos humanos por abrir um importante precedente na luta pelo acesso à educação em presídios.

Supremo Tribunal Federal e Tráfico Privilegiado

Em junho, o STF (Supremo Tribunal Federal) tomou uma decisão pela não equiparação do tráfico privilegiado aos crimes hediondos. O tráfico privilegiado acontece quando o réu é primário, tem bons antecedentes e não integra organização criminosa. A Conectas liderou esforços, redigindo e mobilizando parceiros na apresentação de *amicus curiae* que influiu o julgamento positivo, incidindo na mudança de voto por dois ministros após a apresentação do documento. A decisão permitiu, pela primeira vez na história, a concessão de indulto presidencial aos condenados pelo tráfico de drogas privilegiado, além de garantir regras mais benéficas de tratamento penal, como a prevalência da liberdade durante o processo e de penas alternativas à prisão para estes casos. Estima-se que o posicionamento pode beneficiar, no quadro atual, dezenas de milhares de pessoas condenadas ou respondendo por este delito.

Regulação do Uso da Força em protestos

Após os episódios de uso de armas menos letais e métodos violentos pela polícia militar do estado de São Paulo durante os protestos de 2013, a Conectas e organizações parceiras apresentaram uma série de recomendações para a polícia militar. A defensoria pública então entrou com uma ação para que a polícia fosse obrigada a seguir essas recomendações. Nesse processo Conectas apresentou um *amicus curiae* e, em outubro de 2016, o juiz decidiu pela proibição do uso de armas menos letais pela polícia militar em protestos, obrigando o governo de São Paulo a elaborar em um prazo máximo de 30 dias um protocolo para regular a ação da polícia militar em protestos. Respondendo a um pedido do governo do estado de São Paulo, o presidente do Tribunal de Justiça suspendeu a sentença em novembro de 2016. A Conectas e a rede Minha Sampa organizaram uma petição pública online que foi anexada ao processo em abril de 2016 e que ao final do ano já acumulava mais de 34 mil assinaturas.

Em fevereiro de 2016, juntamente com organizações parceiras, a Conectas apresentou representação ao Ministério Público do Estado de São Paulo requerendo medidas para o efetivo controle externo da polícia em protestos. Após negativa inicial e recurso ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, este deliberou que o Procurador-Geral de Justiça deveria responder às demandas dos peticionários. Após a decisão, foi criado Grupo de Trabalho para discutir a atuação do Ministério Público em protestos.

Julgamento do Carandiru

Em setembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo anulou o julgamento de policiais que participaram do massacre do Carandiru. O desembargador Ivan Sartori participou do julgamento, e expressou que não houve massacre, mas sim legítima defesa. Em resposta a essa afirmação e às colocações feitas pelo desembargador em mídias sociais, a Conectas juntamente com organizações parceiras apresentou um pedido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para afastar o desembargador, por ter sido conivente com violações de direitos humanos e ter quebrado o decoro em suas manifestações à imprensa. O CNJ aceitou o pedido em dezembro, e está investigando.

Sul-Sul

Revista Sur

Em 2016, duas edições da revista Sur foram lançadas. A Sur 23 publicada em julho tratou do tema de migrações e direitos humanos e foi amplamente divulgada, através da nova estratégia de comunicação digital, que tem como principal objetivo atingir um público mais amplo e diverso. De julho a dezembro de 2016, a Sur 23 recebeu 39.434 visualizações de 11.639 leitores. A Sur 24, publicada em dezembro, tratou de questões relacionadas às mulheres e teve recorde de acessos, com mais de 14.148 leitores que acessaram a página da revista mais de 37.000 vezes.

Parcerias

A Conectas trabalhou em 2016 com parceiros de diversos países para garantir o respeito aos direitos humanos em países do Sul Global, como México, Venezuela e Angola. Além disso, a Conectas participou da organização do Fórum Awid e foi responsável pela organização do debate sobre diminuição do espaço democrático.

Ativistas presos em Angola

Em junho de 2015, 17 ativistas pela democracia em Angola foram presos. A Conectas se juntou com diversas organizações para pressionar pela liberdade dos ativistas. Em março de 2016, os ativistas foram sentenciados a até 8 anos de prisão. A Conectas se uniu a outras organizações para pedir a liberdade dos ativistas e exigir justiça do governo angolano, e em maio - frente a pressão internacional - os ativistas foram colocados em liberdade provisória.

Colaboração Sul- Sul (Strategy-web)

Para ampliar a participação e o diálogo entre diversos grupos da sociedade civil, a Conectas iniciou em 2016 o projeto "Strategy-Web" no qual diversos grupos da sociedade civil de países do Sul Global podem se encontrar de maneira presencial e virtual para colaborar em projetos de pesquisa, para estabelecer estratégias comuns e planejar ações conjuntas em torno do tema política externa e direitos humanos. Em 2016 as organizações fizeram um encontro em São Paulo e outro em Genebra para trocar informações e estabelecer uma agenda conjunta. Em 2016 iniciou-se a produção de uma publicação conjunta do grupo com casos de incidência política em temas de política externa, cujo lançamento se dará em 2017.

Política Externa

Monitoramento da política externa do governo brasileiro

A Conectas monitora permanentemente a atuação internacional do governo brasileiro. Em 2016, a Conectas trabalhou para pressionar o governo brasileiro para ratificar o Tratado sobre Comércio de Armas. Junto com diversos parceiros, a Conectas estabeleceu uma estratégia de advocacy que incluiu diversas ações junto ao Executivo e Legislativo brasileiro, bem como participação em eventos em Genebra sobre o tema.

A Conectas também participou das três reuniões ordinárias do Conselho de Direitos Humanos da ONU e acompanhou os votos do governo brasileiro, em temas como a situação dos direitos humanos em vários países, como o Irã por exemplo. Além disso, como preparação para a Revisão Periódica Universal do Brasil, a Conectas elaborou juntamente com organizações parceiras oito relatórios temáticos com contribuições para o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Lei de Migrações

A Conectas mantém um trabalho permanente de advocacy a favor de uma legislação de migrações mais humana e inclusiva no Brasil. Por meio de incidência na Câmara de Vereadores da Cidade de São Paulo e também no Congresso Nacional, a Conectas alcançou grandes vitórias em 2016. Em agosto, a Conectas lançou uma petição pela aprovação da nova lei nacional. A petição já conta com mais de 9.000 assinaturas. Em dezembro, a Câmara de Deputados aprovou uma nova lei que substitui o Estatuto do Estrangeiro. O texto seguiu para confirmação do Senado.

Guantanamo

A Conectas participou de ação juntamente com mais de 70 organizações da sociedade civil para pressionar o governo dos Estados Unidos pelo fechamento de Guantánamo no aniversário de sete anos da promessa do Presidente Obama de fechar a prisão.

Empresas e Direitos Humanos

Rio Doce

Em novembro de 2015, depois do colapso da barragem de Fundão 32 milhões de litros de lama contendo metais pesados foram despejados no Rio Doce. Desde esse momento, a Conectas trabalha em defesa das vítimas do rompimento da barragem e também de todos que dependem do Rio Doce. Como parte desse trabalho, em maio a Conectas denunciou na ONU o acordo assinado entre o governo e as empresas, sem a participação das vítimas. O acordo foi suspenso pelo Supremo Tribunal de Justiça. Em novembro, a Conectas lançou o site Rio Doce Vivo, no qual diversos documentos sobre a situação do rio doce estão reunidos.

Banco dos BRICS

Em 2013, os BRICS anunciaram a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Visando influenciar esse banco, em março de 2016, a Conectas junto com parceiros organizou um evento para criar uma estratégia comum da sociedade civil para influenciar as políticas desse novo banco. Em abril, a Conectas se juntou a outras organizações para questionar o presidente do banco salientando a falta de participação da sociedade civil. Mesmo reclamo foi feito para ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores do Brasil pressionando para que o governo brasileiro se manifeste contrário à aprovação de investimentos sem o novo banco ter uma política socioambiental e de direitos humanos. Representante da Conectas participou em julho, de reunião do banco dos BRICS em Xangai, China, durante a qual representantes do banco anunciaram a intenção de consultar a sociedade civil dos países membros dos BRICS.

11 Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades

Os trabalhos voluntários identificados pela administração, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos:

	2016	2015
Voluntários	4.163	10.986
Membros do conselho	84.604	48.227
Doação - Locação evento colóquio	-	240.000
Total	**88.767**	**299.213**

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit na rubrica de "Receitas com gratuidades", com contrapartida em "Despesas administrativas e gerais".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC no. 1409/12.

Foi determinado a partir do valor que a Associação estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelos voluntários e serviços. Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Conectas.

12 Resultado financeiro

	2016	2015
Rendimento de aplicação financeira	746.603	717.465
Outras receitas financeiras	402	1.314
Despesas bancárias	(4.667)	(16.406)
Outras despesas financeiras	(200)	(2.746)
	742.138	**699.627**

13 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Associação atende aos requisitos da legislação sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isento da contribuição social sobre o superávit e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição às receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG -2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", caso a entidade não fosse isenta a alíquota vigente para recolhimento é 9% (contribuição social) e 7,6% (financiamento da seguridade social - COFINS), 1,65% PIS/FATURAMENTO, 15% (Imposto de Renda). A Conectas tem o título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 07 de novembro de 2003 e renovado até 30 de setembro de 2017.

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais relevantes, contra a entidade, que figurem com probabilidade de perda provável ou possível.

15 Outras informações

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Associação não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(b) A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída ou plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

(c) Conectas possui Seguro D&O desde 26/02/2016, que compreende o pagamento a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo Seguro em decorrência de ato ou fato, pelo qual seja responsabilizado, reclamado e/ou notificado durante o período de vigência da apólice, ou, quando expressa contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade de cobertura, desde que o segurado tenha comunicado a seguradora durante o período de vigência do seguro e que o terceiro tenha a ele apresentado sua reclamação, durante a vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido pelo segurado. O âmbito de cobertura é mundial, com as seguintes coberturas adicionais:

- Cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, à responsabilidade cível, consumerista, previdenciária ou criminal;
- Custos de investigação conduzida por órgão governamental;
- Reclamações relacionadas à responsabilidade tributária;
- Práticas Trabalhistas Indevidas (EPL);
- Erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha dos produtos;
- Custos de Defesa para Multas e Penalidades;
- Processos de Bens e Liberdade;
- Bloqueio e indisponibilidade de bens;
- Reclamações movidas por uma pessoa segurada;
- Reclamações movidas pelo tomador, organizações ou entidades externas;
- Custos incorridos em processos de extradição;
- Reclamações por dano material e corporal;
- Reclamações por dano moral;
- Cobertura automática para novas subsidiárias;
- Cobertura para processos já existentes contra PJ que venham a recair, durante a vigência da apólice, contra os administradores em função da desconsideração da personalidade jurídica;
- Cobertura para custos de defesa para reclamações relacionadas à concessão de Garantias pessoais (Aval e Fiel depositário);

- Custos emergenciais;
- Proteção da imagem pessoal (Despesas de Publicidade);
- Cobertura para Inabilitação
- Eventos extraordinários com reguladores;
- Gerenciamento de crises.

* * *

Juana Magdalena Kweitel
Diretora Executiva

Juraci da Conceição Vieira
Contador CRC-1-SP160.881-O-0